ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: fundamentos críticos da totalidade e concepção(neo)liberal

Victoria Hellen Feitoza Luz[1]

Mayara Augusta Monteiro Ramos[2]

Nelmires Ferreira da Silva[3]

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo trazer para o debate aproximações teórico-conceituais das categorias Estado e Política Social cujos fundamentos podem ser aprendidos na dinâmica da sociedade capitalista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Foi demonstrada, a partir da apropriação dos conteúdos propostos na bibliografia, elementos contribuintes para ampliação e fortalecimento do arcabouço intelectual sobre a categoria Estado e Política Social, a partir da concepção materialista dialética. Além disso, procuramos obter o conhecimento da política social sob aótica da perspectiva burguesa adotada amplamente pelo Banco Mundial na atualidade.

Palavras-chave: Estado; Política Social; Concepção Neoliberal; Abordagem Marxista.

ABSTRACT

This essay aims to bring to the debate theoretical- conceptual approaches to the categories of State and Social Policy whose foundations can be learned in the dynamics of capitalista Society. This is a bibliographical research of a qualitative nature. It was demonstrated, from the appropriation of the contentes proposed in the bibliography, contributing elements for the expansion and strengthening of the intelectual framework on the State and Social Policy category, from the dialectical materialist conception. Furthermore, we seek to obtain knowledge of social policy from the perspective of the bourgeois perspective widely adopted by the Word Bank today.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS). Graduada em Serviço Social pela UFS (2019), atualmente integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde (GEPS). E-mail: victoriafeitozaluz@outlook.com.

[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS). Graduada em Serviço Social pela UFS (2019), atualmente integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ). E-mail: mayaramonteiroramos@hotmail.com.

[3] Profª Drª da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social (UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFV). Pesquisadora e Vice-Coordenadora do Grudo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ/UFS/CNPQ) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/UFS/CNPQ). E-mail: fnelmires@gmail.com.

Key-words: State; Social Policy; Neoliberal Conception; Marxist approach.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo trazer para o debate aproximações teórico-conceituais das categorias Estado e Política Social cujos fundamentos podem ser apreendidos na dinâmica da sociedade capitalista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Logo, os elementos analíticos evidenciam duas diferentes perspectivas, as quais são possíveis de apreender os fundamentos da política social, em especial, à luz das abordagens da crítica social marxista e neoliberalsob a diretriz de classes (NETTO, 2009).

Foi demonstrada, a partir da apropriação dos conteúdos propostos na bibliografia, elementos contribuintes para ampliação e fortalecimento do arcabouço intelectual sobre a categoria Estado e Política Social, a partir da concepção materialista dialética a qual é entendida à luz da perspectiva crítica desenvolvida e disseminada por estudiosos da tradição marxista (BEHRING e BOCHETTI, 2016). Além disso, procuramos obter o conhecimento da política social sob a ótica da perspectiva burguesa adotada amplamente pelo Banco Mundial na atualidade.

É importante destacar que no campo de disputas entre as correlações de forçase narrativas de classes, a abordagem através da qual se entende determinado objetoé capaz de nortear uma análise que pode se reduzir a aparência dos fatos ou pode ser uma abordagem capaz de extrapolá-la, tal como aquela que proporciona uma compreensão a partir da totalidade da vida social. Nessa direção, é importante empreender esforços no sentido de compreender e adensar teoricamente as duas diferentes perspectivas, as quais se chocam, porém, neste estudo, o propósito é destacar a política social, fundamentada nas abordagens da teoria social crítica na contraposição à abordagem neoliberal.

Em vista disso, este ensaio tem como objetivo realizar aproximações iniciais com a discussão sobre Estado e política social no tenso debate entre os fundamentosteóricos-social crítica versus teoria (neo)liberal. Assim, realizamos uma breve revisãode literatura com a escolha criteriosa de textos utilizados na disciplina Fundamentos da Política Social.[i]

Para o desenvolvimento do tema, inicialmente delineamos de modo sucinto

as principais características do Estado a partir da perspectiva marxista e da abordagem crítica da política social, debate realizado no primeiro item do artigo. Posto isso, no segundo item situamos a perspectiva neoliberal, adotada pelo Banco Mundial e responsável pelo modelo de política social instaurado na contemporaneidade, em especial na América Latina. Acerca do exposto, no item a seguir debruçaremos sobreabordagem acerca estado e de política social.

2 ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE ESTADO NA PERSPECTIVA MARXISTA E A ABORDAGEM CRÍTICA DE POLÍTICA SOCIAL

Nesse item, a partir da proposta deste ensaio, optamos por abordar *a priori*, a concepção de Estado sob perspectiva marxista. Essa escolha pretende trazer à luz alguns aspectos desse conceito trabalhado por Marx e Engels, que no decorrer da história tem sido reproduzido nas academias e em coletivos de movimentos sociais retroalimentando a tradição marxista, então composta por estudiosos de suas obras. *A posteriori,* apresentamos alguns aspectos dessa contribuição à abordagem teórico-metodológica e conceitual, norteadora do sentido e significado de política social no interior da produção e reprodução da sociedade capitalista.

Nesse sentido, na perspectiva de Marx e Engels, o princípio do Estado está ancorado em dois pontos, a saber, conflito entre classes e desigualdade. Com isso, enquanto papel de uma instituição, sobrepõe-se em relação a outras instituições e desempenha a função de "[...] assegurar e conservar a dominação e a exploração declasse; e assumir uma certa margem de independência em relação às classes, especialmente em conjunturas de intenso conflito social" (BARBOSA, [2015], p. 45).

Em seus estudos, Marx reitera os conceitos de sociedade civil e sociedade política apresentados por Hegel. No entanto, atribuía duas concepções distintas a respeito desses conceitos, uma vez que considerava a relação existente entre ambos,mas também entendia o papel crucial que a sociedade civil desempenhava nessa relação. A partir dessa sociedade, seria possível entender a origem do Estado, assimcomo sua natureza, caráter, representações, entre outros aspectos. Além disso, a instituição Estado "[...] constituiria-se num instrumento voltado para a garantia das próprias bases sobre as quais se apoiaria a sociedade civil" (BARBOSA, [2015], p. 48).

Cabe sinalizar que, Hegel desenvolve diferenciação entre os conceitos de

sociedade civil e Estado, que anteriormente foram elaborados por estudiosos do iluminismo. Nesse ínterim, entendia que,

> a sociedade civil não existiria se não existisse o Estado que a construísse, que a confrontasse e que a integrasse. É o Estado que fundaria o povo; é o Estado que fundaria a sociedade civil. O Estado incorporaria a sociedade civil;esta teria sentido, se realizaria e se aniquilaria no Estado, expressão objetivada Razão Eterna (BARBOSA, [2015], p. 46).

A partir dessa reflexão, o autor compreende que Estado e sociedade possuemum ponto de união devido a razão, apesar de explicitamente apresentarem divergências em relação aos seus conceitos em si. Ademais, constata-se também uma visão de Estado em sua perspectiva ampla e organicista.

Cabe ressaltar que tais reflexões estão ancoradas, no primeiro momento, nas concepções de Marx em sua era “jovem”. Acresce que, além desses aspectos apresentados até esse ponto, o Estado simultaneamente se apresenta enquanto mecanismo de defesa das relações de produção assim como também as integra. As concepções de Marx em meados de 1843-1844 estavam centradas na abolição do Estado, partindo da premissa que o seu fim representava a “[...] verdadeira democracia, de maneira que cada homem poderia ser burocrata e representante de si mesmo” (BARBOSA, [2015], p. 48).

Marx não anula as concepções de Estado propostas por Hegel, pelo contrário, incorpora alguns aspectos, desenvolve a crítica sobre o idealismo filosófico e avançaem suas reflexões sobre a discussão desse conceito ao elaborar sua interpretação a partir de uma perspectiva materialista de Estado (BARBOSA, [2015]; HARVEY, 2001).

Nesse sentido,

> A criação do Estado e a disposição da burocracia contra a sociedade civil seria gênese da dilaceração da essência humana. A expressão acabada desta relação seria a citação da relação entre governantes (burocracia) e governados (sociedade civil expressa nos burgueses, proletariados etc.). A burocracia perseguiria a sociedade civil. Portanto, suprimir a burocracia seriasuprimir o próprio Estado (BARBOSA, [2015], p. 49).

Em sua era “jovem”, Marx apresentava a compreensão que Estado e sociedadecivil formavam “[...] um ciclo vicioso no qual a sociedade civil, alienada, permitia o robustecimento do Estado, ao mesmo tempo causa e efeito da alienação”. No entanto,apesar da elaboração do seu texto sobre a crítica da filosofia de Hegel

introduzir o proletariado enquanto uma representação histórica importante, não apresentava elementos suficientes para superação desse ciclo (BARBOSA, [2015], p. 50).

Somente a partir dos textos sobre “As lutas de Classes na França de 1948 a 1950” e “Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte” – essa obra contribuiu para sua concepção de Estado uma vez que traz a luz o contexto referente a crise do modelo substitutivo ao Estado absolutista, que passou a ser Estado burguês, além de revelarque tal crise se deu no contexto em que as classes proletárias intervinham diretamente sobre a questão do poder – , constata-se a superação da antiga era de Marx, posto que seu pensamento reflete a dinâmica e realidade social presentes no contexto transitório do movimento comunista, o qual ocorre modificações na sua ideologia, direcionando o enfoque para uma ideologia de revolução proletária.

De acordo com Harvey (2005), Marx a partir de suas reflexões, conceitua que este Estado burguês se apresenta como “[...] veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho”. Diante disso, o “[...] Estado burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes” (HARVEY, 2005, p.85).

Cabe ressaltar que o uso da violência como instrumento opressor está presenteno contexto de desenvolvimento do Estado, e no contexto da modernidade, ultrapassaas fronteiras da esfera privada. Com isso, o exercício da sua autoridade está ancoradona relação de poder utilizada para manipular o uso dessa violência. A materialidade desse instrumento pode ser observada na repressão imposta pela atuação da força policial (HARVEY, 2005).

Em relação a abordagem crítica de política social, a produção intelectual de Marx passou por distintos momentos: desde a rejeição à economia política, em meados de 1844, até a incorporação de alguns dos seus fundamentos, para uma posterior crítica de perspectivas contraditórias em seu interior em fins de 1850 (WELLEN, 2020). Esse movimento revolucionário trouxe subsídios para diferentes áreas do saber, pois ao compreender a lógica inerente ao capital é desnudada suas múltiplas e dessemelhantes facetas.

Nessa direção, Behring e Boschetti (2016, p. 36) refletem a respeito das contribuições trazidas pela tradição marxista para a compreensão da política social, uma vez que “o método crítico-dialético traz uma solução complexa e inovadora do ponto de vista da relação sujeito-objeto: uma perspectiva relacional, que foge ao

empirismo positivista e funcionalista” e também ao idealismo culturalista. Ora, analisar as políticas sociais como fruto da contradição existente entre sociedade civil e Estado – permeado pela luta de classes presente no Modo de Produção Capitalista (MPC) – implica recusar visões unilaterais e limitadas sobre o tema.

> A investigação sob o enfoque do método da crítica da economia política proposto por Marx consiste, portanto, em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa. [...] [Com isso,] a condição histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 38).

Desse modo, a abordagem é ontológica, histórica e crítica. A realidade, por conseguinte, não é apenas exposta, mas reproduzida em seu movimento imbricado de determinações além daquilo que está visível na aparência. Sob essa perspectiva, a interrelação entre sujeito e objeto não é inerte, há indagações ao objeto para que se possa apreender seu verdadeiro movimento. Além disso, ambos são demarcados na história e influenciados pelas especificidades das relações sociais que fazem parte, de modo que é impossibilitada a existência de uma pretensa neutralidade científica (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Pensar as políticas sociais à luz dessa compreensão é, portanto, analisá-las para além da sua manifestação imediata ou deslocada da realidade, como fruto da contradição presente na realidade, representada como uma unificação dialética da essência do fenômeno vivenciado. Para isso, parte-se da premissa que tais políticas possuem uma estrutura que não é visualizada, isto é, uma parte central por trás das suas expressões (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Assim, conhece-se as políticas em sua multiplicidade de dimensões e determinantes, num esforço de desvelamento do real, dado que elas não são consideradas produtos inertes, fora da história, imediatos ou superficiais. Ao usar o método materialista histórico-dialético é possível então a compreensão daquilo que foi reificado, de modo a expor sua complexidade e contradições.

> Nessa perspectiva, o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. **Do ponto de vista histórico**, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social [...] **Do ponto de vista econômico**, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora [...]

> **Do ponto de vista político**, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que situam (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 43, grifos nossos).

Estes distintos pontos de vista não devem ser compreendidos como partes de um todo, mas sim como itens que compõem uma totalidade, em constante movimento e interrelação. Desse modo, percebe-se a esfera da produção enquanto uma dimensão fundamental, imbricada à reprodução, onde as políticas sociais se inserem através do estímulo à produção de mais-valia e reprodução política e econômica da classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Tendo como base o debate dos autores acima é possível localizar e compreender o significado das políticas sociais em suas múltiplas relações dentro do Modo de Produção Capitalista inserido numa concepção crítica de sociedade, em que a classe trabalhadora, via suas estratégias de mobilização, incrementa suas lutas. Logo, trataremos no item a seguir, acerca da abordagem de natureza liberal, possibilita a apreensão da abordagem teórico-conceitual das categorias estado e políticas sociais numa outra direção analítica.

3 POLÍTICA SOCIAL SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM NEOLIBERAL

Após concisa reflexão acerca do Estado e da abordagem crítica das políticas sociais, faz-se necessário realizar o debate no que diz respeito à sua compreensão no contexto de capitalismo neoliberal que, devido a sua lógica e objetivos próprios, conforma a política social de modo a atingir interesses de uma classe específica: a burguesia. Outrossim, “a concepção neoliberal de política social não está dissociada de um projeto de sociedade e de uma concepção de mundo”, de modo que se configura enquanto um elemento que compõe um projeto de sociedade pautado pela e para as classes dominantes, principalmente nos países de capitalismo central, fundados sobre as bases da exploração da força de trabalho (TEIXEIRA, 2010, p. 653).

Com isso, o entendimento de política social adotado pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, tem alguns pilares comuns: primazia do econômico perante o social, com o desenvolvimento da economia idealizado enquanto primordial para posterior desenvolvimento humano, focalização na extrema pobreza

como maneira de mitigar a miséria sem erradicá-la e transferências diretas de baixíssimas rendas àqueles que atestem condição de pobreza.

Logo, o Banco Mundial caracteriza-se enquanto um instrumento utilizado pelas classes dominantes para estimular seus interesses e difundir seus conceitos. Além disso, os ajustes fiscais e reformas apresentaram rebatimentos de grande proporção na vida das pessoas mais pobres, acentuando as desigualdades existentes e piorando suas condições de sobrevivência. Apesar desse cenário, a classe dominante e seus instrumentos de difusão ideológica não reconhecem seu papel de causador dessa realidade, atribuindo as justificativas a outros aspectos.

Cabe sinalizar as contradições inerentes a concepção de política social adotada pelo Banco Mundial, a saber, fortalecimento do mercado econômico e retomada do seu crescimento; o fundamento da política social em suas prerrogativas possui caráter exclusivamente econômico; reconhecimento da existência de pessoas na centralizada de políticas sociais de cunho focalizado e compensatório. Acresce que, ao apresentar os resultados de estudos realizados sobre a pobreza no contexto brasileiro, suas análises se restringem a abordagem quantitativa, além de limitar a concepção de pobreza a discussões meramente superficiais sem considerar sua complexidade (TEIXEIRA, 2010).

Há, também, a responsabilização das pessoas por sua condição de pobreza, presente no ideário e nos documentos dos órgãos internacionais. Ademais, o estímulo a participação da sociedade civil é fortemente legitimado, mas uma participação fora da perspectiva progressista. Em verdade, busca-se inserir a população, organizações e diferentes atores sociais para desresponsabilizar o Estado no provimento de direitos. A partir daí, o setor privado age na mercantilização dos serviços, onde os adquire quem possui poder de compra (TEIXEIRA, 2010).

Os estudos demonstram que a concepção de política social adotada na esfera do neoliberalismo não se mantém apenas nas ideações abstratas, mas influencia diretamente o financiamento das políticas que atingem a classe trabalhadora, principalmente nos países de capitalismo periférico, sempre em direção semelhante àquilo que o capital se propõe: exploração e acúmulo de riquezas. Nesse sentido, considera-se as políticas sociais na perspectiva de ajuda, desconsiderando o sentido da garantia de direitos pelas famílias beneficiárias. Com isso, ao receber tal ajuda, atribui-se aos indivíduos a busca por possibilidades para superação de sua própria condição de pobreza (TEIXEIRA, 2010).

Destarte, essa concepção social estruturada na perspectiva neoliberalista, influencia diretamente na construção e disseminação do conceito de política social utilizada pelo Banco Mundial, bem como, suas recomendações propostas para além do financiamento das políticas. Também, podemos verificar através de programas, projetos e acordos que beneficiem e mantenham a centralizada do capitalismo.

4 CONCLUSÃO

A disciplina Fundamentos da Política Social, cujo próprio nome revela o caminho a ser percorrido para a compreensão das bases fundamentais da política social, perpassando pelos fundamentos da sociedade burguesa. Com base na abordagem materialista histórico dialética, apreendemos os fundamentos teóricos sobre os quais estrutura-se a análise da totalidade da vida social na dinâmica do modo de produção e reprodução capitalista.

Os elementos apresentados neste ensaio, a partir da apropriação dos conteúdos propostos na bibliografia, contribuíram para ampliação e fortalecimento do arcabouço intelectual das autoras sobre o Estado e Política Social a partir da perspectiva crítica social desenvolvida pela tradição marxista e do conhecimento à luz da perspectiva burguesa, ou seja, sociedade de classe.

Nesse sentido, compreende-se também o fortalecimento das bases neoliberais no Banco Mundial, ao direcionar suas análises de maneira meramente superficial, sem aprofundar o conceito de pobreza vivenciada pela classe proletária, de modo a contribuir para o fortalecimento do capital bem como a minimização e até supressão dos direitos sociais.

Portanto, ressalta-se que a ampliação do conhecimento citada, também contribui para construção e aperfeiçoamento da perspectiva crítica necessária para observação da realidade concreta presente na atuação profissional nos mais diversos campos de trabalho, que demandam respostas críticas, propositivas e fortalecidas no compromisso com a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, W. Concepção marxista de política e de estado. *In*: BARBOSA, W. **Marxismo:** história, política e método. [*S. l.: s.n.*], [2015]. p. 45-70.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, D. A Teoria Marxista do Estado. *In*: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. p. 79-94.

NETTO, J. P. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. *In:* NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, R. V. Uma Crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 650-680, out./dez. 2010.

WELLEN, H. Karl Marx e a economia política: da rejeição moral à assimilação crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 35-53, jan./abr. 2020.

---

[i] Disciplina ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ministrada pela Prof.ª Dr.ª Nelmires Ferreira da Silva no semestre letivo de 2021/1.